



## AMAZÔNIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: INTEGRAÇÃO ENTRE DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

### *AMAZON REGION IN LIGHT OF NATIONAL DEFENSE POLICY: DEFENSE AND INTERNATIONAL AFFAIRS POLICY INTEGRATION*

**SIMONE MAYARA PAIVA FERREIRA**

Mestranda em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza.

**ANTÔNIO WALBER MATIAS MUNIZ**

Pesquisador e Coordenador do Núcleo de Estudos Internacionais NEI/UNIFOR/FUNAG. Professor do CCJ da Universidade de Fortaleza com atuação na Graduação e no Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional. Pós-Doutor em Relações Internacionais pela UnB e Doutor pela USP. [walber@unifor.br](mailto:walber@unifor.br)

#### **RESUMO**

O objetivo da pesquisa é analisar tratamento dado pelo Estado brasileiro à região Amazônica à luz da Política Nacional de Defesa. As características da região a fazem ativo geopolítico e sua extensão geográfica e quantidade de países com os quais faz fronteiras a tornam matéria de considerável papel dentro da Política de Defesa e também na Política Externa brasileira. Com fundamento nos teóricos de Geopolítica Clássica e da corrente Idealista das Relações Internacionais, o trabalho analisará a presença desses fatores no mais alto diploma de Defesa do país. O corte geográfico utilizados era o da Amazônia Legal. A pesquisa é bibliográfica e metodologia exploratória.

**Palavras-chave:** Política Nacional de Defesa. Amazônia Legal. Política Externa.

#### **ABSTRACT**

The purpose of the research is to analyze the treatment given by the Brazilian State to the Amazon region in the light of the National Defense Policy. The characteristics of the region make it a geopolitical asset and its geographical extension and number of countries with which it has of borders make it a matter of considerable role within the Defense Policy and also in the Brazilian Foreign Policy. Based on the theorists of Classical Geopolitics and the Idealist Current of International Relations, the work will analyze the presence of these factors in the highest Defense Diploma of the country. The geographical cut used will be that of the Legal Amazon. The research is bibliographic and exploratory methodology.

**Keywords:** National Defense Policy. Legal Amazon. Foreign Affairs.



# AMAZÔNIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: INTEGRAÇÃO ENTRE DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

## 1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Defesa PND é o documento de mais alto nível do País em questões de Defesa, sua produção é de responsabilidade do Ministério da Defesa. Feita com base nos princípios constitucionais e alinhada às aspirações e aos objetivos nacionais fundamentais tem por objetivo consolidar os posicionamentos do Estado brasileiro e estabelecer os objetivos mais elevados na área de defesa. A complexidade do tema demanda que se articulem as ações do Ministério da Defesa (MD) com as de outros órgãos do Estado e da sociedade brasileira.

Aqui analisaremos especificamente a relação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Para a melhor compreensão da Política, é importante esclarecer alguns conceitos próprios da matéria:

**DEFESA NACIONAL** – Conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

**SEGURANÇA NACIONAL** – Condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (DEFESA, 2015)

A proposta da PND de que haja articulação com as demais políticas nacionais pode ser manifestada em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2018).

O documento apresenta cenário dos ambientes nacional e internacional, e reconhece a conjuntura mundial Pós-Guerra Fria como multipolar e interdependente, aí está a caracterização da atual configuração internacional por assimetrias de poder, uma visão defendida por considerável parte dos escritores em Ciência Política e Relações Internacionais (KISSINGER, 2015). A conjuntura multipolar reduz a possibilidade ocorrência de conflitos generalizados entre Estados, as chamadas guerras totais.

Contudo, renovam-se os conflitos de caráter étnico e religioso estruturados sobre nacionalismos exacerbados. A consequência é a fragmentação dos Estados, cenário



## AMAZÔNIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: INTEGRAÇÃO ENTRE DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

---

propício ao desenvolvimento da denominada “guerra híbrida”<sup>1</sup>, que combina distintos conceitos de guerra, gera tensões e instabilidades (BRASIL, 2018). É pelo apresentado que um dos propósitos da Política Nacional de Defesa é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros.

### 2 METODOLOGIA

No que concerne aos aspectos metodológicos, tratou-se de um estudo embasado em levantamento bibliográfico de livros, artigos científicos e da legislação pertinente. A identificação de informações de literatura especializada se fez através de consulta em livros disponíveis aos alunos da Universidade de Fortaleza e através de pesquisa ancorada em artigos científicos nacionais e internacionais disponíveis em formato PDF na biblioteca eletrônica de acesso livre da UNIFOR. A consulta a legislação foi feita por meio de acesso a sites oficiais e acadêmicos. Após a identificação de possíveis referências bibliográficas, fez-se uma triagem dos que mais se aproximavam do tema e o desígnio da produção. Após as reflexões pertinentes realizadas pelo autor pesquisador, deu-se início a elaboração deste trabalho escrito.

### 3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

#### 3.1 A AMAZÔNIA NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

O termo “Amazônia” só é citado expressamente quatro vezes na Política, mas em todo o documento há questões relativas à região classificadas como de relevância. Do

---

<sup>1</sup> é um conceito cada vez mais adotado para a definição de novos conflitos do século XXI, frequentemente chamados de “conflitos do futuro”, em que ações de combate convencional são aglutinadas, no tempo e no espaço, com operações de natureza irregular, de guerra cibernética e de operações de informação, dentre outras, com atores estatais e não-estatais, no ambiente real e informacional, incluindo as redes sociais. Sua natureza realça características dos conflitos contemporâneos e tornam a definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada. (DEFESA, 2015)



## AMAZÔNIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: INTEGRAÇÃO ENTRE DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

---

ponto de vista da Defesa, a Amazônia é uma região à qual deve-se ter maior atenção. Em razão da extensão territorial, da baixa densidade demográfica, das dificuldades de acesso e mobilidade na região bem como seus recursos minerais, sua reserva aquífera e a valiosa biodiversidade que abriga.

A ocupação da região está historicamente relacionada à geopolítica, mais que à economia. O controle do território por Portugal conseguiu não apenas manter a Amazônia como expandi-la além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, decisão que é em parte responsável pela extensão continental do Brasil atualmente. O reconhecimento do valor geopolítico da região foi o fundamento do povoamento da Amazônia, a ocupação se fez, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. (BECKER, 2005,34).

No que diz respeito às fronteiras, o final do período do Império foi marcado por guerras para consolidação da fronteira ao Sul do país, à época a principal preocupação da Defesa estava na Região do Prata (Fausto) Contudo, o final do Império e começo do Período Republicano tem na realização de tratados a estabilização das fronteiras ao Norte marca da gestão do Barão do Rio Branco (DANESE, 2009,25).

O esforço da Diplomacia brasileira rendeu-lhe reconhecimento e parte da grande extensão da fronteira da Amazônia Legal no século XXI, parâmetro utilizado nesse trabalho, tem 13.190 quilômetros de extensão entre trechos secos e molhados. São países limítrofes à região: Guiana Francesa; Suriname; Guiana; Venezuela; Colômbia; Peru; Bolívia (PÊGO et al., 2018)

A questão no século XXI, portanto, não é mais a definição das fronteiras mas a garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira, reconhecendo pontos de fragilidade pela Política aqui em análise. A solução proposta nos textos modernos de segurança passa pelo reconhecimento de que há que se substituir a política de ocupação por uma política de consolidação do desenvolvimento.

É possível apontar no tratamento dado pela Política como questões primordiais para a Região: a ocupação, a preservação do meio ambiente e as fronteiras. O trabalho pretende aprofundar a análise quanto à matéria ambiental e às questões fronteiriças na



## AMAZÔNIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: INTEGRAÇÃO ENTRE DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

---

região. Nesse aspecto, é possível apontar a participação das Forças Armadas para exercer uma das funções históricas da Defesa Nacional, ser parte da diplomacia do país. (ALSINA JÚNIOR, 2006, 35).

A posição da PND em relação ao meio ambiente está pautada no desenvolvimento sustentável, reconhecendo o aproveitamento de recursos naturais e do potencial energético e a incorporação de grandes áreas ao sistema produtivo como indissociáveis à soberania nacional. O entendimento demanda repercussão estratégica adequada e também reforça o caráter diplomático ao qualificar a cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia<sup>2</sup> como essencial para a preservação dessas riquezas naturais.

Quanto à questão fronteiriça, além da preservação ambiental, a atenção deve-se por ser lugar de trânsito de pessoas, mercadorias e bens, integrando e aproximando o País de seus vizinhos. Contudo, é também utilizada para a prática de atividades criminosas transnacionais de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância e atuação coordenada entre os órgãos de defesa, de segurança pública e da diplomacia. Exemplo de integração são os programas Amazônia Conectada e Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) do MD.

### 3.2 A AMAZÔNIA COMO EXEMPLO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

O trabalho é parte de pesquisa que identifica na Região Amazônica exemplo de interação entre os objetivos e diretrizes das Políticas de Defesa e Externa diante dos princípios defendidos em separado mas também dos princípios constitucionais que norteiam os objetivos do Brasil enquanto Nação.

Historicamente, a Defesa e a Política externa do Estado no modelo westifaliano são ramos afins na busca pela manutenção da soberania. Importa ressaltar o duplo

---

<sup>2</sup> A Floresta como um todo, que ocupa 9 países da América do Sul



## AMAZÔNIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: INTEGRAÇÃO ENTRE DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

---

caráter político-jurídico da soberania nessa análise: interna ao manter a capacidade de exercício do poder instituído e externa no que diz respeito àquela diante dos outros Estados.

Portanto as decisões políticas que dizem respeito à manutenção das fronteiras bem como a questões de solução interna para a manutenção do equilíbrio no Estado encontram ponto de congruência nas principais questões políticas relacionadas à Amazônia. Representando 60% do território do país e ambiente dotado de diversos ativos valorizados na geopolítica atual, a relevância da Região pode ser vista nos dois tópicos da Política que tem relação com o presente trabalho: o ambiente internacional; o ambiente regional e o entorno estratégico.

A congruência entre as políticas fica clara na existência dos tópicos dentro da PND, no trabalho o corte aprofunda mais e trata das referências à Amazônia dentro desses tópicos. A fronteira de grande extensão e dificuldade de vigilância é apontada como razão para preocupação mas também de aproximação aos vizinhos como forma de prevenção e colaboração para punição.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a questão ambiental, o reconhecimento da preservação ambiental e a busca pelo crescimento econômico que priorize a sustentabilidade do meio ambiente. O controle dos ativos ambientais, da fronteira e o desenvolvimento de políticas públicas de vivificação da região podem ser razão de protagonismo para o Brasil no Sistema Internacional e, na história da região, têm sido executados em boa parte por ações da Defesa. Pelo exposto que conclui-se pela Amazônica como exemplo de integração entre as políticas de defesa.

### REFERÊNCIAS



## AMAZÔNIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA: INTEGRAÇÃO ENTRE DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

ALSINA JÚNIOR, João Paulo. **Política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita**. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2006. 1 v.

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p.17-38, set. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5993>. Acesso em: 09 jun. 2019.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 53, p.71-86, 2005. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Tradução: João Ferreira.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da primeira república: os anos de apogeu- 1902 a 1918**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 179, de dezembro de 2018. Brasília, 17 dez. 2018. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/3074525810>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MÈRCHER, Leonardo. **Relações Internacionais na Idade Moderna: um panorama histórico**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

GALLIGAN, D. J. The Sovereignty Deficit of Modern Constitutions. **Oxford Journal Of Legal Studies**, [s.l.], v. 33, n. 4, p.703-732, 13 set. 2013. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ojls/gqt025>.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. Tradução de: World Order.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. O FIM DA GUERRA FRIA E OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: O CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA. **Aurora**, Marília, v. 1, n. 3, p.68-79, dez. 2009.

PÊGO, Bolívar et al (Org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Volume 3. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33583&Itemid=433](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33583&Itemid=433). Acesso em: 10 jun. 2019.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A QUESTÃO GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA: DA SOBERANIA DIFUSA À SOBERANIA RESTRITA**. Brasília: Senado Federal, 2005. (Edições do Senado Federal - Vol. 64).

